

## AFERIÇÃO PADRONIZADA - JUÍZO PROATIVO

O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJAL celebrou, no dia 21 de setembro de 2018, mais uma edição do Juízo Proativo, uma solenidade de premiação das unidades judiciárias que atingiram os melhores resultados em indicadores de eficiência no ano de 2017, recebendo o reconhecimento "Juízo Proativo Padrão Excelência" e "Juízo Mais Proativo Padrão Excelência", conforme critérios estabelecidos na Resolução nº 09/2016 do TJ/AL.

O Juízo Proativo é um projeto, instituído em 2014, pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, que garante reconhecimento e benefícios às unidades jurisdicionais do primeiro grau (varas, juzados especiais cíveis e criminais do Poder Judiciário de Alagoas e turmas recursais) que buscam a eficiência operacional preconizada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

A aferição utiliza indicadores de resultado como parâmetro para o gerenciamento da efetividade do órgão.

Este ano, foram contempladas 55 unidades com o referido padrão de efetividade, dentre as quais, 14 atingiram o padrão "Excelência" e 41, o padrão "Excelência Mais Proativo", atinente a aferição do período de dezembro de 2016 a novembro de 2017.

A 10ª Vara Cível de Arapiraca (família e sucessões), a 1ª Vara de Palmeira dos Índios e o Juizado da Capital da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, obtiveram, respectivamente, os melhores resultados da aferição.

*Além de motivar os servidores, o programa também funciona como uma ferramenta para detectar em unidades afins a obtenção de diferentes níveis de produtividade, distinguindo os pontos a serem trabalhados.*



## COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA - CGE

O Comitê de Gestão Estratégica - CGE do Tribunal de Justiça de Alagoas - TJAL realizou sua 19ª reunião. O encontro teve a condução do juiz auxiliar da Presidência, Hélio Pinheiro e a participação do juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Carlos Aley.

Foram realizadas três apresentações por servidores da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário.

O estatístico Ilmo Wanderley Gallindo propôs a criação de uma metodologia de avaliação denominada Índice de Desenvolvimento das Varas, que se encontra em fase de estudo.

O assessor-chefe da APMP, Clóvis Gomes, apresentou um diagnóstico da aferição Juízo Proativo referente a 2018 e seu impacto nos principais indicadores de produtividade.

O servidor Guilherme Rossilho expôs os resultados da consulta pública realizada no site do Tribunal para ouvir magistrados, servidores, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e a sociedade em geral a respeito da construção das metas nacionais e políticas do Judiciário para 2019.



Reunião do CGE. Foto: Itawi Albuquerque.

## PROPOSTA DE TRABALHO - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DAS VARAS



O Índice de Desenvolvimento das Varas - IDV foi construído, em parte, através de metodologia básica, aplicada na construção do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, porém, incorporando o seguinte conjunto de indicadores de Litigiosidade:

- Taxa de Atendimento a Demanda;
- Taxa de Congestionamento Bruta;
- Taxa de Produtividade de Julgados de Conhecimento; e
- Taxa de Pendentes de Julgamento.

Após a escolha dos indicadores, foram determinados valores de referência **mínimos** e **máximos** de cada categoria, equivalentes a **0** e **1**, respectivamente, no cálculo do índice, e a proposta é a de quanto melhor for o desempenho da vara naquele indicador, mais próximo o seu índice estará de **1** e, quanto pior, mais próximo seu índice estará de **0**.

O Índice de Desenvolvimento das Varas - IDV é resultado da média aritmética simples dos quatro indicadores.

## DIAGNÓSTICO PARCIAL DO JUÍZO PROATIVO 2018



Criado em 2014, o Juízo Proativo objetiva alinhar as unidades às estratégias do judiciário, agregando o relatório Justiça em Números, as Metas Nacionais e os indicadores institucionais, assim como reconhecer o desempenho de suas equipes.

O processo do Juízo Proativo é avaliado e revisto anualmente, a fim de estar sempre a par da realidade das unidades. Essa dinâmica de avaliação passa por 5 padrões: inicial, intermediário, avançado, excelência e mais proativo padrão excelência.

Dentre os indicadores, um dos principais, que trabalha com variáveis de fluxo é a taxa de congestionamento líquida. A partir desse indicador, procura-se evidenciar as unidades que conseguem atingir uma taxa menor que 65%.

## CONSULTA PÚBLICA PARA CONSTRUÇÃO DAS METAS NACIONAIS 2019

Entre os dias 11 de julho a 1º de agosto de 2018 foi realizada consulta pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJAL, por meio de link em seu sítio eletrônico. A metodologia foi sugerida pela Rede Nacional de Governança e adotada por 20 tribunais estaduais. As questões apresentadas versaram sobre as Metas Nacionais, bem como a respeito das políticas a serem adotadas pelo Poder Judiciário para o ano de 2019.

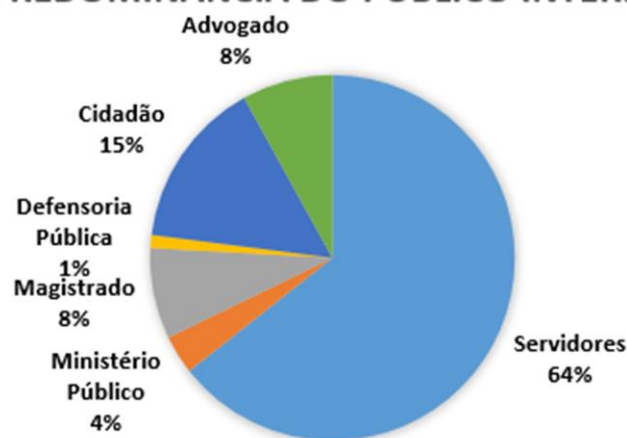
Em Alagoas, o público respondente foi majoritariamente interno, formado por 56 servidores e 7 magistrados. Contribuíram, também, 3 membros do Ministério Público, 1 membro da Defensoria Pública, 13 cidadãos e 7 advogados.

A maior parte dos respondentes, cerca de 70%, declarou que tem conhecimentos básicos ou intermediários a respeito das metas. Os participantes também creem que as metas estão contribuindo para a melhoria do Poder Judiciário, porém, a meta 4, que trata das ações de improbidade e corrupção, obteve uma descrença razoável, 36,78% não acreditam que ela esteja contribuindo para reduzir a impunidade.

Além disso, os respondentes sugeriram outras metas para 2019, como a solução de 100% dos casos com mais de 10 anos, e a conclusão da virtualização de todos os processos físicos.

Por fim, para o público alagoano, as Metas 1, 2, 4, e 8 deveriam continuar, e as Metas 5 e 6 não deveriam seguir para os próximos anos.

### PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO PREDOMINÂNCIA DO PÚBLICO INTERNO



Disponível em: [http://www.tjal.jus.br/apmp/Relatorio\\_PIME\\_TJAL.pdf](http://www.tjal.jus.br/apmp/Relatorio_PIME_TJAL.pdf)



## PROGRAMA TJ ECO CONSCIENTE E SOLIDÁRIO

Evolução do peso em quilos de materiais recicláveis destinados a Coleta Seletiva na Sede do TJ Alagoas



Resultados obtidos desde a implantação da Coleta Seletiva.

A partir do sucesso do programa de Coleta Seletiva, implantado inicialmente na sede do TJAL, o Comitê de Gestão Estratégica aprovou projeto de expansão da ação, apresentado pelo Núcleo Socioambiental, que levará o programa para o Fórum da Capital, Esmal, Corregedoria e Fórum de Arapiraca, com previsão de término para dezembro de 2018.

O programa TJ ECO Consciente e Solidário instituído pela Resolução TJAL nº 23/2017 veio reforçar o compromisso do Tribunal de Justiça de Alagoas em atender a Resolução CNJ nº 201/2015, contribuindo com a conscientização ambiental de magistrados e servidores por meio do reconhecimento de seus esforços com as ações do programa.

## ECO REDE DA JUSTIÇA ALAGOANA

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/AL), a Justiça Federal em Alagoas (JFAL) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/AL) instituíram, de forma conjunta, a chamada Eco Rede da Justiça de Alagoas.

A atuação da Eco Rede é voltada para a racionalização e redução de custos, destinação adequada de resíduos, compras sustentáveis e compartilhadas, logística integrada de veículos e capacitação socioambiental.

A coordenação da Eco Rede fica a cargo do Núcleo Socioambiental do TJAL.

A primeira ação desenvolvida pelos parceiros foi a criação de uma agenda de trabalho que aborda os objetivos integrantes do termo de cooperação assinado pelos parceiros. As ações foram classificadas em 7 temas que terão os seus respectivos planos de trabalho disponibilizados em planilha a ser acessada conjuntamente pelos parceiros.

